

**ATA N.º 27/XII/2018**

**Reunião Ordinária de 12/12/2018**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Pedro Manuel da Silva Aniceto, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

|                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. SERVIÇOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DA MOITA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO..... | 7  |
| 2. PROGRAMA DE OFERTA PÚBLICA - ALIENAÇÃO DE LOTES DE TERRENO DESTINADOS A CONSTRUÇÃO.....               | 7  |
| 3. 7ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP .....                                                                 | 8  |
| 4. CONTRATO-PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO.....                                               | 8  |
| 5. CONTRATO-PROGRAMA 2018 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO.....                                      | 9  |
| 6. REALIZAÇÃO DO EVENTO - ABRA A BAGAGEIRA, PARA O ANO DE 2019.....                                      | 10 |
| 7. IDEIAS E EMPRESAS - LOJAS POP-UP, NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA .....                                 | 11 |

O Sr. Presidente deu início ao Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente apresentou, para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.
- Informação dos atos praticados no âmbito da Delegação e Subdelegação de Competências no período compreendido entre dois e trinta de novembro este ano.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Referiu ter duas questões a colocar. A primeira para dar nota de um contacto no dia anterior, alertando para o facto de o elevador na Piscina Municipal de Alhos Vedros, que dá acesso ao primeiro andar, onde estão as casas de banho, estar avariado há algum tempo, o que de certa forma prejudica o acesso às mesmas por parte de pessoas com mobilidade reduzida, que inclusive levam netos, etc... O segundo assunto diz respeito à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia da Moita; já no final de setembro, início de outubro foi contactada e enviou um mail no dia 02 de outubro (que foi lido no próprio dia) o qual solicitava informações sobre a possibilidade da existência de uma obra que estaria projetada para a Sede da referida Associação. “Trata-se de uma situação, digamos, histórica, porque naquele local estaria o primeiro transformador ou PT da Moita”, referiu. Entretanto, recebeu a resposta à comunicação efetuada, no mesmo mês, dizendo que havia uma obra projetada. Assim, lembrou que caso existisse essa obra, gostaria de ter acesso ao respetivo projeto, para verificar do que se trata e poder responder a quem a contacta na rua.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Fez algumas perguntas, nomeadamente em relação ao Programa “Valorizar”; pretendeu saber quantos projetos a Câmara da Moita tinha feito entrar, se é que o fez, no referido Programa. Registou ainda, com pena, terem ficado de fora do *Wi-Fi 4 You*, e assim sendo questionou qual o dia em que foi realizada a candidatura ao Programa.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Colocou algumas questões ao Sr. Presidente, nomeadamente: sendo que as Câmaras Municipais não são eleitas como o Governo (embora podendo, se houvesse a eleição da Assembleia Municipal e esta elegesse a Câmara, a realidade é outra), uma vez que segundo a Lei, uma Câmara é eleita diretamente, o que implica que as nove pessoas sentadas à roda da mesa, que foram eleitas por forças políticas diferentes, sendo normal, que tendo projetos diferentes, queiram aparecer um pouco mais, surgir um pouco mais, levar um pouco mais do seu projeto adiante - o que nada tem de mal -, começando a ser demasiado porém, quando, e a propósito da última sessão da Assembleia Municipal e de uma questão que houve sobre uma fotografia da assinatura de um Protocolo onde o antigo Quartel dos Bombeiros passava para a posse do Município e simultaneamente um terreno do Município passava a ser da posse do Ministério da Administração Interna, se gerou alguma celeuma, com uma chamada de atenção menos simpática, em que foi utilizada a expressão “figurante”, entre outras. Solicitou, no seguimento da referida questão, a todos os Vereadores, que sendo natural que todos queiram levar o seu projeto, a sua ideia um pouco mais adiante, não tendo a questão nada de mal, mas que tentem fazê-lo com um mínimo de lisura, porque os quatro anos não são de absoluta campanha, não são de preparação das próximas eleições, é trabalhar pelo concelho, o que significa que, não deverão existir dramas de quem fica mais centrado na fotografia, quem aparece mais, ou menos. Têm três anos até às eleições, naturalmente cabe ao Sr. Presidente, porque é quem recebe as cartas e os convites na Câmara, dar as informações sobre o que vai acontecendo, a todos os Vereadores, fazendo esse apelo. Cabendo também a outras pessoas o jogo do “aparece, não aparece, um pouco mais para um lado, para ficar na fotografia”, porque está um pouco saturado, pois por vezes o género de guerrilha constante cansa um pouco. Naturalmente não tendo o mesmo projeto (e mal seria se tivessem, porque nesse caso teria apoiado qualquer um dos outros nas eleições autárquicas e não se teria candidatado, poupando-se a chatices), candidatou-se porque o seu projeto não é igual aos dos outros, acreditando ser melhor.

Mais, chamou à atenção para tentarem, até aproveitando a época, dirimir algumas questões e dar um pouco mais de interesse aos vários projetos e não à bandeira de quem o fez.

De seguida, abordando a questão dos arranjos do Mercado da Moita recordou-se de, em seguida, ter abordado com os seus funcionários que já não teria de se preocupar mais com a questão, preocupar-se-ia com os restantes, porque aquele era um assunto encerrado. Após as chuvas, voltou a pingar numa série de locais, foram verificar o que se passava e afinal era necessário mais uma obra de subir uma platibanda. Não sendo engenheiro civil, nem pretendendo sê-lo, mas considerou que quando se resolve um problema, fica resolvido, até porque não pode continuar a ter o mesmo problema consecutivamente, apesar de se ir resolvendo, o que para si não é solução. Solução é resolver os assuntos de uma vez.

Referiu ainda que podendo, eventualmente, não ter os colegas de equipa com que sonharam, são todos uma equipa e no início do mês aconteceu uma questão que lhe desagradou. Uma funcionária da DDE mudou de serviço e soube três dias depois, pela própria, que estava noutro serviço, sendo este o género de situações que lhe desagradam. Já enviou um email à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes que tem o Pelouro dos Recursos Humanos, uma vez que a funcionária saiu, e estando de acordo com a saída da mesma, porque tem problemas de saúde, não podendo levantar pesos superiores a 5 Kg, questionou e questiona, se há substituição da mesma ou não.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Começou por referir que se comemorava naquele dia o segundo aniversário do Balcão do Município, havendo emitido uma nota aos funcionários de felicitações por todo o esforço que foi desenvolvido, continuando a registar-se um grande movimento nos Balcões, ultrapassando este ano, uma vez mais, os 100 mil atendimentos, que dará uma média de 10 mil por mês, o que é um grande movimento. Regozijou-se, portanto, pelo sucesso do serviço junto dos municípios e inclusivamente com o serviço de cidadãos: “vêm cidadãos de outros concelhos ao concelho da Moita, usufruir do serviço, nomeadamente no que se refere a passaportes, cartas de condução, etc.”, disse.

Voltou a colocar a questão já falada dos Recursos Humanos, que sendo um problema genérico, também afeta os Balcões estão a atingir um ponto nevrálgico no que diz respeito aos funcionários. No ano que se segue tem de haver rigor e cada dia é um dia para gerir, pois se faltam um ou dois funcionários (por doença, férias ou outros motivos), já fica menos fácil. Continuou referindo que esteve há pouco no Balcão de Alhos Vedros, onde estava a funcionária Ana Ramos que passou do Balcão da Baixa da Banheira para ocupar o posto de trabalho de uma outra funcionária que está de baixa por intervenção cirúrgica, encontrando-se ainda debilitada. Mais salientou que têm contado com a disponibilidade dos funcionários, os quais têm sido muito colaborantes, o que tem possibilitado que os municípios nunca tenham notado essa falta. Em 2019 terá de haver um reforço, uma vez que o Balcão de Alhos Vedros ficará muito fragilizado, estando a tratar-se da ida de alguém, pelo menos provisoriamente, para colmatar a questão. Os Recursos Humanos nos Balcões têm de ser uma questão acautelada uma vez que servem várias Divisões.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento, da fotografia e outras situações que vão acontecendo e fazem parte do dia-a-dia, referiu que da sua parte faz sempre um apelo para que este tipo de questões sejam tratadas com um determinado nível, com elevação, porque são pessoas que se conhecem há muito tempo, têm relações estreitas e daí ser dispensável por vezes enveredar por outras situações que geram reboliço e confusão, e que não valem a pena.

Relativamente à foto, o que lhe pareceu quando viu a foto do Jornal e posteriormente a foto do site da Câmara, é que seria a mesma foto. Não sendo a mesma, já não se coloca a questão de ter havido um corte, uma censura, uma alteração, o que gera confusão - Se a foto não é a mesma, continuou, retira o que disse. Quanto ao restante, há eventos em que está o Sr. Presidente a representar o Município. Na altura como se permitiu que outros Vereadores estivessem presentes, foi uma questão de gestão, e eventualmente o Sr. Presidente esclarecerá o que se passou. Por vezes é a falta de informação que causa alguns problemas.

Sr. Presidente – Esclareceu o que aconteceu, que considerou demonstrativo da incapacidade do PS de destrinçar o que é o partido do que é o Estado. Foram convocados pelo partido para estarem presentes, para tirarem uma fotografia. Foi simplesmente o que aconteceu. Tratava-se de uma escritura que começou a ser tratada no sentido se ser feita no notário, na Moita, como são feitas todas. A determinada altura do processo, duas ou três semanas antes da primeira data da assinatura, que tinha sido já ela própria duas semanas antes, o Ministério referiu que no seu entender a assinatura deveria ser feita lá e aconteceu dessa forma. Não foi falado em cerimónias, sessões nem em nada. Falou-se na assinatura de um protocolo em que o Ministério era representado pelo Secretário-geral da Administração Interna e o Presidente da Câmara, em representação do Município. Não se falou em

nada mais, nem em convites, nem em sessões, nem em discursos nem nada mais. Apenas tinham de ir lá e assinar perante o notário, e nessas circunstâncias foi com o Chefe de Gabinete, que era quem tinha sido o interlocutor com o Ministério e com o funcionário da Secção de Património, o Sr. Constantino, que tratou de todas as questões administrativas. Para sua surpresa, estava presente o Presidente da Concelhia do PS, estava um Vereador do PS e a assessora do Vereador do PS, chamados pelo PS, para tirar uma fotografia, para aparecer no jornal. Os restantes Vereadores não estiveram, tal como os Vereadores da CDU, porque não eram para estar, não se tratava de uma cerimónia, era uma assinatura do Protocolo. Como tem mais educação que outros, não fez o que muitos provavelmente fariam no seu lugar, que seria dizer: “O que é que os Srs. estão aqui a fazer?”. Não o fez, porque não faz parte da sua forma de ser. Mais, referiu sentir-se envergonhado com a situação.

Sr. Vereador Luís Chula – Relativamente à questão colocada referiu existirem várias coisas a considerar. O primeiro ponto que ainda não foi referido foi a importância da assinatura daquela escritura notarial. Todos à volta da mesa se manifestaram imensas vezes e durante muito tempo, demasiado tempo, pelo facto de não ter ainda ocorrido a possibilidade de serem criadas as condições para que a Guarda Nacional Republicana pudesse construir o seu Quartel Territorial da Moita, no terreno que a Câmara Municipal entendeu permutar. Daí, o ato em si, para o concelho da Moita e julga que para todos os Vereadores e Órgãos Autárquicos é da maior importância, e como tal, entenderam que devia ser devidamente vincado. Depois falam de uma escritura notarial, não de um protocolo e considerou-a uma cerimónia pública. Como tal, todos, quem quer que fosse tinham a possibilidade de poder aceder e testemunhar o ato. A condição de cerimónia pública foi, em dois momentos, atestada a seu pedido, quer no momento da receção no Ministério, quer na introdução na sala, foi questionado se estavam efetivamente perante uma cerimónia pública. Não existia qualquer intenção por parte dos presentes do Partido Socialista da Moita tirar qualquer fotografia. Repetiu que não foram à cerimónia com intenção de tirar qualquer fotografia. O que ocorreu foi que, a convite, que não sabe se o Sr. Presidente reparou na questão ou não, do Gabinete da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, foram para dar o cunho de autarcas do Partido Socialista a uma situação que consideram de máximo interesse para o concelho da Moita, julgando que no Órgão todos subscrevem essa importância.

O facto de o Sr. Vereador Luís Nascimento vir com outros argumentos, sobre a questão de estar em campanha eleitoral, ou não, agradecia que o mesmo revisse todos os seus posicionamentos anteriores e já que se fala em fotografias, acrescentaria também vídeos, percebendo-se quem anda em permanente campanha eleitoral. Todos estão a trabalhar para o concelho, e naturalmente que todos têm os seus projetos conforme foi referido, e todos têm todo o interesse em que os seus projetos possam vingar em tempos futuros, em próximas eleições municipais. Por isso é que em todos os momentos, os diversos Partidos, para além de dizerem ao que vêm, dizem o que pretendem fazer, se e quando, o poder estiver nas suas mãos. Isso é a postura; desde que seja correta e não afronte nem maltrate ninguém, corroborando então também as afirmações já proferidas de que tratar os Vereadores ou os membros dos outros partidos como figurantes, não é lisonjeiro e não é correto, podendo-se dizer outras coisas. Foi ator de teatro amador durante muitos anos e só desempenhou papéis de figuras principais. Deu os seus esclarecimentos, não entendendo a dramatização da questão. Também concorda com o Sr. Vereador Luís Nascimento, na questão de que outros Vereadores também poderiam estar mais informados de outras situações que ocorrem e com convite ou sem convite, gostariam de estar com maior conhecimento da agenda da Câmara Municipal, porque a Câmara é constituída por todos.

Vereadora Vivina Nunes – Solicitou ao Sr. Presidente resposta direta ao Sr. Vereador Luís Nascimento, sobre a questão da funcionária que foi colocada noutra serviço. Referiu que efetivamente houve um lapso porque tem sido prática sua, quer com os Vereadores da CDU, quer com todos os Vereadores da Câmara Municipal da Moita, não solicitar aos serviços para promoverem as alterações sem que fale primeiro com os Vereadores respetivos.

Por lapso não falou com o Sr. Vereador Luís Nascimento e foram os serviços entre si que trataram, e o Dr. Carlos Gonçalves informou o Dr. Pedro Ferreira já posteriormente ao ato efetuado, pelo que pede desculpa. Não tem sido uma norma, existindo já um histórico anterior de que não é assim que se tratam estas questões. Foi um lapso, reafirmou (pelo qual se voltou a desculpar), não sendo seu hábito proceder daquele modo.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Acrescentou, sobre a questão dos convites, que ele próprio também falha alguns e que eventualmente também o deveria fazer a todos os Vereadores da Câmara; por

exemplo, quando o Mercado comemorou o 25º Aniversário, convidou o Sr. Presidente da Câmara, para ir e apagar as velas, mas não enviou individualmente o convite a cada um dos Vereadores, embora estivesse no Programa. Solicitou apenas ao Sr. Presidente, para dizer umas palavras, fazer um discurso, uma vez que representa a Câmara, e teve a amabilidade de quando convidado para apagar as velas, o convidar para apagarem em conjunto.

Neste tipo de situações pretende mais que avancem do que propriamente a bandeira de quem as fez. Soube que há mais de uma semana houve mais um pedido para uma banca no Mercado, porque a pessoa dirigiu-se-lhe diretamente a perguntar o ponto de situação do seu pedido e não tinha conhecimento de nenhum pedido, ao que lhe foi respondido que tinha sido dada a entrada no Balcão Único. As situações vão avançando ao seu ritmo e isso para si é que é importante.

Naturalmente considera que as suas ideias são melhores que as dos restantes, porque se não considerasse isso não se tinha candidatado. Cada um tem o seu projeto, e deve dizer ao que vem, mas todos sabem ao que vem, colocando o Sr. Vereador Luís Chula à vontade, pois não veio para ser o n.º 2 do Sr. Presidente Rui Garcia, nem para ser o n.º 2 do Sr. Vereador Luís Chula, vem para ser o n.º 1 da Câmara. Citando Mário Coelho (matador de touros), referiu “quando eu traço um destino, pinto uma linha no chão e nada nem ninguém me faz afastar do meu caminho”. Não ficou melindrado com a questão. Referiu a questão, num apelo por ser época de natal - “vejam se há entendimento”.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Admirou o esforço feito pelo Sr. Vereador Luís Chula para justificar algo que considerou injustificável e que não deveria ter acontecido na sua opinião porque o Órgão Câmara é representado pelo Sr. Presidente da Câmara e num ato de uma mera escritura, que é pública, porque todos o são. No entanto, ninguém estará no Gabinete da Administração Interna sem ser convidado. Não acredita que tal seja possível. A somar havia uma manifestação de bombeiros, havia um problema enorme de segurança no Terreiro do Paço, e entram três pessoas para assistirem ao ato. Quando for lançada a primeira pedra do Centro de Saúde na Baixa da Banheira é provável que vá toda a concelhia do PS e as Sras. Deputadas. Partilha da opinião de que se passava bem sem este tipo de situações.

Relativamente às obras, não sendo o Sr. Vereador Luís Nascimento pedreiro, nem calceteiro, e as obras são algo que nem sempre correm como se deseja. Não é possível comprometer-se dizendo que se vai desligar de determinada situação, porque a partir do momento em que a Câmara vai realizar uma obra, a obra deixa de ser do Sr. Vereador para passar a ser da Câmara Municipal, e sendo uma obra, pode correr mal. O que aconteceu é que no Gabinete da Sr.ª Vereadora Vivina entrava água e caía numa lâmpada. Quando foram ao local, verificaram que a água corria no local de uma lâmpada, fizeram testes e a água não era proveniente do sítio onde está porque corre e vai para onde existe um buraco. Foi também o que aconteceu na obra do mercado. Quando se aperceberam e lançaram a obra, os técnicos foram ao local e isolaram um determinado local porque aparentemente era lá que se localizava o problema. De seguida chove, e a água, não correndo naquele local, correu noutra local. Nada de mais. Se não está retificado, vai ficar, e processam-se desta forma as obras.

Obras de raiz são outra questão, e mesmo estas por vezes são problemáticas. Dando o seu próprio exemplo de obras que realizou em sua casa há cerca de 8 anos, da primeira vez que acendeu a lareira houve um incêndio em casa. Pagou, fez tudo, e houve um incêndio na lareira. Porque o empreiteiro que realizou o trabalho quis ganhar o dinheiro e o isolamento que lá fez, foi o do esquentador. Nunca se pode dar por adquirido numa obra que está a 100% e na obra do Mercado está a fazer-se uma reparação de facto grande, de infiltrações de água, que são difíceis de resolver. Aconselhou o Sr. Vereador Luís Nascimento a não se comprometer, porque se tiver de dizer para irem reparar diz e continuarão a ir reparar, porque os problemas são todos os dias. Há umas semanas atrás, aquando da data em que se perfez um ano do novo modelo de governação, na Câmara, alguém escreveu que a CDU não estava habituada a governar assim, quando foi a CDU quem escolheu a governação nestes moldes. Existe uma contradição grande que decorre do facto de se o Sr. Presidente da Câmara quisesse, governava em minoria. Mas achou por bem, democraticamente, convidar toda a gente. E bem. Acusam a CDU de não estar habituada a governar desta forma? Não se podem esquecer, e bem, que estão em campanha eleitoral permanente. Não estão. São um coletivo camarário com uma governação bem explícita em que cada tem que governar para a Câmara. Saiu neste dia uma nota do Balcão Único, para se verificar a diferença no comportamento dos presentes, que não está assinada pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos. O referido Vereador assinalou a data na reunião, como o responsável do Pelouro, mas a nota não saiu como sendo do Sr. Vereador do Bloco de Esquerda. Existe uma diferença no trato e na forma de estar. Nunca viu o Sr. Vereador Joaquim Raminhos, ao longo do período de um ano, dizer que fez determinada questão, mas já ouviu o Sr. Vereador Luís Nascimento e já viu o Sr. Vereador da Proteção Civil assinar documentos e a dizerem que são os Vereadores, enquanto todos são os

Vereadores da Câmara Municipal. Pode-se verificar que as notas quer do DOSU, quer da Educação, quer do DASC, vêm como Câmara Municipal da Moita. Entendeu a intervenção, mas com as divergências existentes existem por vezes paradoxos, como por exemplo em relação ao Orçamento em que uns votaram contra, outros a favor, outros abstiveram-se - quando se trata de um orçamento da Câmara, que todos participaram na construção, contrariamente ao que ouviu dizer. Por exemplo o Sr. Vereador Luís Chula que deu os seus contributos para o orçamento na Área da Proteção Civil votou contra, quando pelo menos poderia dizer numa declaração de voto referindo que na Proteção Civil votava favoravelmente. Na sua opinião cada um dos presentes sabe o que faz. Trata-se da Câmara Municipal da Moita.

Sr. Presidente – Iniciou a sua intervenção referindo que está por provar, estando aliás demonstrado que quem necessita de se habituar à atual situação não é a CDU. Existem alguns com mais dificuldades em se habituar do que a CDU. Vão falando na questão. Ainda têm três anos pela frente, que com certeza, pelo andar da carruagem, não vão melhorar.

Sr. Vice-presidente – Esclareceu, quanto ao elevador na Piscina, que está avariado há algum tempo. No entanto, não fica ninguém impossibilitado de assistir às atividades, porque existe uma janela grande nos balneários, e, quer sejam as pessoas com dificuldades de mobilidade, quer sejam as mães, vão para aquele local.

Sr. Presidente – Referiu que a opção anteriormente referida já tinha sido tomada há alguns anos, quando tinha o pelouro da referida área, antes de 2013, porque o elevador estava sistematicamente avariado e não se tratava de o reparar, mas de colocar um novo, porque o ar no local é demasiado corrosivo e os equipamentos não têm duração. Entendeu-se, na altura, disse, que sendo esporádico o acesso ao piso superior (não é frequente) e existindo soluções alternativas - para quem apresentasse dificuldades de mobilidade, para assistir, para aceder aos balneários que existem, resolveu-se a questão desta forma.

No que se refere às obras nos reformados, trata-se da mudança de localização do posto de transformação, e essa mudança só poderá ser efetuada pela EDP, que é quem tem capacidade para o fazer, naturalmente com autorização da Câmara e dos Reformados, que ocupam o espaço. A Câmara sempre entendeu que não se justificava pagarem para fazer a referida deslocação. O que sempre se tratou foi de um ato voluntário por parte da EDP de melhorar, até porque as instalações atrás são antigas, com mais difícil acessibilidade, sendo a localização à frente melhor para eles. Tem havido a visita de alguns técnicos ao local, conversas e a questão repete-se, e veio à tona novamente, mas a EDP nunca se mostrou assim interessada. Referem há anos que irão fazer, mas nunca concretizaram, porque implica o gasto de dinheiro na deslocação. Da parte do Município não existem obstáculos. O edifício é do Município, utilizando-o os reformados numa cedência, mas sempre se manifestaram favoravelmente e foram interlocutores com a EDP no tratamento da questão, mas a decisão final para a concretização, tem de partir da EDP, o que até ao momento não aconteceu. O arranjo que posteriormente os reformados pretendem fazer na sala da parte traseira é da responsabilidade dos reformados, não estão ainda nessa fase. Aguardam que o PT saia do espaço.

Relativamente ao “Programa Valorizar” não tem ideia, e o “Wi-Fi 4 You”, foi com alguma surpresa que viram que estavam incluídos embora tenha vindo a perder expressão, porque se trata na última fase de um apoio de 15 mil euros, que quase nem paga a publicidade, por assim dizer, disse. Foi com alguma surpresa que viram que estavam incluídos, porque apareceram excluídos pelo facto de a Candidatura do Município ter um número de entrada superior ao número 4 mil, existindo dúvidas sobre a manutenção da Candidatura nestas condições, porque foi apresentada junto ao meio-dia, no dia da apresentação há 2 ou 3 semanas, quando oficialmente o prazo de candidaturas se iniciava às 14h. Talvez tenha sido apresentada uns minutos antes do meio-dia, tendo conhecimento que a Dr.ª Custódia Gévaro, a técnica que o faz, submeteu a candidatura e perguntaram se tinha entrado e tinha sido aceite ou não, por não estar ainda na hora. Foi-lhes comunicado que sim, que tinham na sua posse o *report* a referir que tinha sido submetido e aceite. Mas afinal, aparentemente foram cerca de 4 mil a entrar à frente da candidatura da Câmara Municipal da Moita, e não ficou. Ainda vão ver, porque podem existir acertos e redistribuições ao segundo, mas coloca-se a questão de pelo valor que está em causa, não se deixará de fazer o que é necessário.

Sr. Vereador Carlos Albino – Referiu que há 3 anos que menciona a questão do *WiFi* e na verdade nada de novo acontece. Mencionou que levantou a questão há 3 anos e solicitou, em locais públicos, que

Ihe mostrassem onde é que o *WiFi* funciona. Acrescentou que já existiram projetos a funcionar, de internet, para as pessoas, em maior escala em 2004 e 2005 do que existem atualmente. Solicitou que o desmentissem, se não estivesse a falar corretamente.

Sr. Presidente – Esclareceu que a escala é a mesma e o processo é o seguinte: com a implementação do Setúbal Península Digital, uma das medidas tomadas na altura, em 2005 ou 2006, foi a instalação dos chamados quiosques, que eram uns aparelhos que eram parecidos aos ATM`s iniciais que foram colocados em cafés, em coletividades e disseminados em todo o concelho, talvez dezena e meia no concelho, mais ou menos. Os equipamentos tiveram a duração que tiveram. Na altura apesar de tudo eram um avanço grande em relação ao que existia, mas estava-se numa fase inicial, e esgotou-se rapidamente quer porque os aparelhos ou máquinas tiveram uma degradação acelerada quer porque o próprio modelo deixou de ser funcional e o que se passou a falar a partir de determinada altura foi colocar os *Hotspot*, pôr o *WiFi* disseminado, foi a geração seguinte de oferta pública de internet.

Então, a partir de determinada altura, talvez em 2011, 2012, ou um pouco antes, foi decidido ao nível do Setúbal Península Digital, retirar todos os quiosques e instalar os *Hotspot*, sendo que a cobertura passa a ser menor, ou seja, substituíram 15 postos dos iniciais, por 4 antenas, basicamente nos três parques municipais, Parque da Moita, Parque das Salinas e Parque José Afonso e nas oficinas da Socorquex.

Abrangem mais pessoas, mas menos território porque anteriormente os postos estavam mais disseminados, porque estava uma máquina em Sarilhos, outra no Rosário. Atualmente não há. A questão do *WiFi 4 You* com a possibilidade de instalar mais postos, sendo disso que se trata, de disseminar mais no território, naturalmente é mais um avanço, mais um passo, não se pode é dizer que é algo que não existe, porque já existe, embora não tenha cobertura total, nem pouco mais ou menos. Se houvesse cobertura total na Europa não existia o problema da Comissão Europeia a fomentar a questão. É porque a questão da cobertura está muito longe de ser aquela que se ambiciona, mas são passos que se vão dando.

Respondendo às outras questões colocadas, nomeadamente em relação à carência de recursos humanos no Balcão do Múncipe, que já foi identificada, sendo a questão dos trabalhadores do setor administrativo algo que se vai tornar premente nos próximos tempos, que vai necessitar de ter resposta, provavelmente já em 2019, vão ver se é possível reequilibrar com algumas mudanças internas, mas tem dúvidas de que seja suficiente para responder às carências, que se vão acentuar durante o ano.

Sobre a questão da funcionária que mudou de serviço, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, já esclareceu. Apenas acrescentou que a funcionária em causa esteve de baixa por motivo de doença prolongada durante muito tempo, foi sujeita a uma cirurgia, e a questão da sua mudança já se havia falado e estava mais ou menos interiorizada, daí que a questão foi demasiado automática. Regressou ao serviço e mudou-se porque era algo que já estava equacionado, e faltou a informação ao serviço. O Sr. Vereador Luís Nascimento tem toda a razão. Estas questões não devem falhar. Neste caso concreto, falharam.

Relativamente ao Centro de Saúde, estão na posse da informação de que já foi aprovada ou seja, teve despacho. A questão de ter verba, ou não, depende do ponto de vista. É subjetivo porque vai ter de ser objeto de uma candidatura a fundos comunitários, porque aconteceu que com a reprogramação dos fundos é que foi reafectado dinheiro aos equipamentos de saúde, e vai ter de ser objeto de uma candidatura, ou seja, não foi decidido o Orçamento de Estado dar 2,5 milhões para a construção, foi decidido dar a percentagem que usa para si próprio e o resto ser candidatado a fundos e há que fazer a candidatura, mas está a avançar e vão confiar. A candidatura é compartilhada, mas o Município como vai ser dono da obra, deverá ter de aparecer como promotor.

De seguida entrou-se no período da Ordem do Dia.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

## 1. SERVIÇOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DAS AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DA MOITA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

“Os Serviços Sociais dos Trabalhadores das Autarquias do Município da Moita realizam, anualmente, uma Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores na qual são distribuídos presentes a todas as crianças até 12 anos de idade.

Reconhecendo o trabalho benemérito que os Serviços Sociais têm desenvolvido em prol dos trabalhadores, constituindo-se como uma estrutura de apoio e auxílio social que assume especial relevância nos momentos de maiores dificuldades económicas que as famílias atravessam, fruto de uma crise económica que está a ser paga pelos trabalhadores portugueses, e que tem nos trabalhadores da Administração Pública os principais alvos, a Câmara Municipal considera que é seu dever associar-se, uma vez mais, a esta iniciativa com a atribuição de um subsídio de €3.800,00 (três mil e oitocentos euros) para aquisição dos cartões de oferta.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

## 2. PROGRAMA DE OFERTA PÚBLICA – ALIENAÇÃO DE LOTES DE TERRENO DESTINADOS A CONSTRUÇÃO

“A Câmara Municipal da Moita em 20 de Novembro de 2018, pelas 15h00, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, levou a efeito a abertura das propostas, relativas ao “Programa de Oferta Pública de Lotes de Terreno destinados a construção”, sitos nas freguesias de Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Moita, conforme decorre no estabelecido no “Regulamento de Alienação de Imóveis do Município da Moita (RAIM)”, pelo que, se anexa a respetiva ata para homologação.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

## 3. 7ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas resultam da avaliação efetuada à generalidade das rubricas até ao final do mês de novembro.

Em resultado dessa análise foram adequadas as dotações orçamentais aos compromissos em curso e a realizar até final do ano de 2018, tendo presente os saldos orçamentais à data.

Desta feita, propõe-se a alteração ao orçamento na importância global de €778.384,00 conforme mapas que se anexam.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS e os votos favoráveis da CDU, B.E. e PSD.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice - presidente.

## 4. CONTRATO-PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO



“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

- Associação Naval Sarilhense
- Beira-Mar Futebol Clube Gaiense
- Grupo Motard Motocoiso

As participações consideradas têm cabimento na rubrica Apoio a Associações Culturais e Desportivas, classificação - 17-03.04.07.01.02.99, no valor de 2.250.00€ (dois mil, duzentos e cinquenta euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, e não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos votantes. O Sr. Vereador Luís Nascimento não votou o apoio ao Beira – Mar Futebol Clube Gaiense, por ser membro dos Órgãos Sociais.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sr.ª Vereadora Vivina Nunes.

##### 5. CONTRATO-PROGRAMA 2018 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO



“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e as seguintes entidades (conforme documentos em anexo):

Centro Social Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros  
Grupo Dadores Benévolos de Sangue da Moita

A participação considerada tem cabimento na rubrica 232.8/03.04.07.01.02.99 – Apoio a Instituições de Solidariedade Social - Transferências correntes/Instituições sem fins lucrativos/outras no valor de 1950,00 euros (Mil novecentos e cinquenta euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

## 6. REALIZAÇÃO DO EVENTO – ABRA A BAGAGEIRA, PARA O ANO DE 2019

“A Abra a Bagageira é uma feira que se realiza desde o mês de junho do ano de 2015, assumindo-se, neste momento, como um evento de relevância local e regional.

A Abra a Bagageira é uma feira que tem por finalidade promover a exposição, venda, compra e troca de tudo o que está a mais nas garagens, nos sótãos (livros, mobiliário, brinquedos, discos, moedas, selos, postais, acessórios, roupas, porcelanas) ou das peças recicladas que se acumulam em casa.

Deseja-se continuar a promover, junto da comunidade, um pouco de cada um de nós, a troca de experiências, os saberes, a dinâmica cultural, a história, incentivando o colecionismo, a reciclagem e o comércio de rua, prosseguindo assim o interesse municipal.

Mostra-se necessário que o Município realize o enquadramento e disciplina do evento, para o ano 2019.

Assim, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a realização Abra a Bagageira, para o ano de 2019, nas condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante.
- b) Conferir, ao abrigo dos artigos 44º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, ao Exmo. Sr. Vereador Luis Fernando Vaz do Nascimento as competências previstas nos números 6, 7.1 e 17. que constam das condições anexas à presente proposta.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr.ª Vereadora Filomena Ventura – Colocou uma questão relativa ao funcionamento do evento: “Aquando da última aprovação anual do “Abra a Bagageira”, o Sr. Vereador Luís Nascimento comentou que grande parte das pessoas que participavam na mesma, eram quase todas elas “comerciantes”. Na altura eu já havia comentado que certamente o espírito do “Abra a Bagageira” poderia ser pervertido”. Uma vez que nos primeiros dias de cada mês se esgotam os lugares existentes, questionou se havia o levantamento estatístico de se é uma iniciativa particular, como é a essência do “Abra a Bagageira”, ou se começou já, por circunstâncias que os ultrapassam, a ser pervertido.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Esclareceu que quando há um ano atrás utilizou o termo “comerciantes” não pretendia dar a sensação de que eram comerciantes profissionais, queria apenas dizer que são pessoas já habituadas, e como tal, a maior parte das pessoas não são profissionais. Existem muitos funcionários da Câmara Municipal que vendem no “Abra a Bagageira”. A sua opinião é de que muitas pessoas também vão para a iniciativa pelo convívio que a mesma proporciona, não conseguindo avaliar até que ponto é que é um grande negócio. Vende-se algumas coisas que estão a mais em casa e que se colocam no porta bagagens, mas para viver não dá. E também não é esse o objetivo, continuou. O objetivo é o de se venderem as “tralhas” que existem nas casas das pessoas, no sótão. Referiu conhecer muitos vendedores pelas suas profissões, funcionários da Câmara Municipal, membros antigos ou atuais das forças de segurança, entre outras.

E não havendo mais intervenções, a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

## 7. “IDEIAS E EMPRESAS – LOJAS POP-UP”, NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA

“Considerando que:

- a) O Mercado Municipal da Moita está dotado de lojas no seu interior definidas para a atividade de talho;

- b) As referidas lojas têm tido uma taxa de ocupação muito reduzida e que, desde o mês de dezembro de 2016, não existe, sobre as mesmas, qualquer uso ou utilização;
- c) Em 23 de maio de 2018, foi aprovado, a título provisório, experimental, e por tempo indeterminado, a utilização das referidas lojas para o desenvolvimento da iniciativa, “Ideias e empresas – Lojas pop-up”;
- d) Sendo objetivo a dinamização do Mercado Municipal da Moita, promovendo a atração de mais visitantes mais compradores/consumidores e utentes, mais vendedores e empreendedores, existe a necessidade de continuar a dinamizar as referidas lojas, impulsionando a oferta comercial no interior do referido mercado;
- e) O conceito de lojas pop-up pretende dinamizar espaços devolutos, aumentar e promover as ideias empreendedoras e inovadoras; bem como a dinâmica e a rotatividade das empresas;

Assim proponho que,

- a) Se autorize a utilização das lojas, nos termos e para efeitos das Condições de Participação, em anexo à presente Proposta, concedendo aos interessados empreendedores, a oportunidade de iniciarem a sua atividade ou, caso já a tenham iniciado, em condições de instalação e utilização aceitáveis e a custos moderados;
- b) Se aprove a iniciativa “Ideias e empresas – Lojas pop-up”, com o objetivo de dinamizar as referidas lojas e o Mercado Municipal e tendo por base as condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante, para o ano de 2019.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Luís Chula – Sobre a atribuição das lojas, quando existem várias pessoas a quererem, em concorrência, aceder, fica sujeita a determinados critérios, sendo que a cada um dos critérios são atribuídos pontos. Questionou se o Sr. Vereador Luís Nascimento tem noção de relativamente às lojas atualmente atribuídas, quatro, quantos pontos é que as pessoas reuniram para poderem lá estar.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Respondeu que nenhuma delas foi de carácter inovador, que é o primeiro fator e atendendo a que era um mês de ensaio, reuniu-se com as pessoas interessadas à volta de uma mesa, não existindo a questão de se ter de realizar propriamente a análise de candidatura. Referiu ter pena que nenhum dos setores presentes fosse uma loja muito inovadora. Existe uma loja de apoio e material para pessoas com deficiência, assistência geriátrica, como bengalas, pessoas com mobilidade reduzida. Outra loja é de artesanato, semi-artesanato, de fotografia, com impressão em azulejo. Houve quem fizesse questão de ficar no mês de dezembro, outros não lhes importava o mês, pretendiam era experimentar.

Mais, reforçou ainda não houve a necessidade de aplicar os critérios, uma vez que a questão se atrasou com as obras e só se iniciou em dezembro, contrariamente ao pretendido. Assim sendo, a questão referida ainda não se colocou.

Sr. Vereador Luís Chula - Questionou se a valorização só se coloca em questões de desempates.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Esclareceu que sim.

E não havendo mais intervenções a mesma foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. E eu, Alda Mouzinho,

Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA